

Educação nas Eleições Municipais

Guia de cobertura 2024

J E D U C A

associação de jornalistas de educação

Fundação **Santillana**



Organizadora: Jeduca

Educação nas Eleições Municipais

Guia de cobertura 2024

1ª edição

São Paulo

2024



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação nas eleições municipais : guia de
cobertura 2024 / organizadora Associação de
Jornalistas de Educação (Jeduca). -- 1. ed. --
São Paulo : Santillana Educação, 2024.

ISBN 978-85-527-2970-9

1. Campanha eleitoral - Brasil 2. Educação
3. Educação - Finalidades e objetivos 4. Eleições -
Brasil 5. Eleições - Brasil - Cobertura jornalística
6. Justiça eleitoral - Brasil I. Associação de
Jornalistas de Educação (Jeduca).

24-217324

CDD 370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Eleições : Educação 370.981
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Nota

Por concisão, adotamos como padrão o masculino para professores, alunos e outros atores do setor da Educação e do contexto eleitoral, mas sempre nos referimos a professoras e professores, alunas e alunos, gestoras e gestores, diretoras e diretores, secretárias e secretários, candidatas e candidatos.

Todos os *links* foram checados em julho de 2024.

Distribuição gratuita.

Apresentação	5
Capítulo 1 Entes federativos e responsabilidades	9
Capítulo 2 Educação Infantil	21
Capítulo 3 Ensino Fundamental	31
Capítulo 4 Temas que merecem atenção no debate eleitoral e nas gestões municipais	45
Capítulo 5 Números gerais da educação	59



Apresentação

Apresentação

Uma das premissas básicas da cobertura de campanhas eleitorais é saber as atribuições de cada esfera de poder. A obrigação de oferta educacional e a garantia de sua qualidade se dividem em diferentes responsabilidades entre União, estados e municípios.

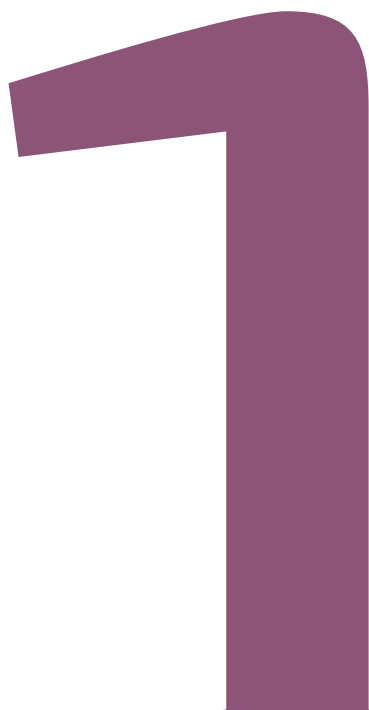
A ideia deste guia – elaborado pela Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação) – é incentivar maior presença da educação no debate das eleições municipais. O texto pretende ajudar jornalistas em suas matérias, sejam as específicas de educação ou aquelas que mencionem o tema, e dar ideias de pautas e perguntas que podem ser feitas tanto durante o período eleitoral quanto no acompanhamento das novas gestões.

Sem a pretensão de produzir um guia definitivo, a Jeduca buscou trazer de forma rápida e direta temas que marcaram presença no debate público nos últimos anos. O guia traz informações sobre as atribuições dos cargos de acordo com as esferas de poder e, mais especialmente, sobre os temas da educação ligados diretamente às gestões municipais.

Então, vamos falar de educação? Boa leitura!

Diretoria Jeduca





Entes federativos
e responsabilidades

O papel de cada um

Saber o papel da União, dos estados e dos municípios em relação à oferta e à qualidade do ensino é o ponto de partida em uma cobertura jornalística das eleições em relação ao tema educação. O artigo 211 da Constituição brasileira estabelece que os sistemas de ensino federal, estadual e municipal devem se organizar em regime de colaboração. Isso envolve, principalmente, o financiamento, mas também abrange as diretrizes básicas do que deve ser ensinado aos alunos em sala de aula.

O poder público é obrigado a garantir acesso a toda a Educação Básica, de 0 a 17 anos: creche (de 0 a 3 anos), pré-escola (dos 4 aos 5 anos), Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos) e Ensino Médio (dos 15 aos 17 anos). Os estudantes que não conseguirem cumprir as etapas na idade adequada têm direito a uma vaga em cursos regulares ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entenda melhor o que cabe a cada um dos entes federativos.

União

Pelo fato de a União arrecadar mais de 60% do total de impostos e tributos, cabe a ela dar assistência técnica e financeira a estados e municípios para que garantam oferta e qualidade de ensino durante todas as etapas da Educação Básica.

O financiamento da educação é feito principalmente por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. Cerca de 60% do gasto do Brasil da Creche ao Ensino Médio é coberto pelo Fundeb, que reúne receita de impostos – a maior parte estaduais –, e distribui verba entre estados e municípios conforme o número de matrículas.

Para cada tipo de aluno, há um peso diferente (fator de ponderação) para o cálculo do repasse. As creches públicas e a pré-escola em tempo integral estão entre as modalidades que recebem os valores mais altos. O governo federal também colabora com os municípios por meio de programas específicos, que vão desde compra e entrega de livros didáticos, transporte escolar e merenda ao financiamento da construção de creches. Há ainda programas para apoio pedagógico, como aqueles voltados para a alfabetização.

Também é responsabilidade da União estabelecer as diretrizes da Educação Básica, o que é feito principalmente por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lei aprovada em 2017 que detalha e aprofunda o que se espera que todos os alunos do Brasil aprendam em cada etapa de ensino, inclusive na Educação Infantil. Ela vale para as redes pública e privada.

Já a obrigatoriedade de oferta da Educação Superior no âmbito público é apenas da União, à qual cabe também o credenciamento, a fiscalização e a avaliação das instituições de Ensino Superior privado, além do estabelecimento das normas gerais dos cursos de Graduação e Pós-graduação. O governo federal é, portanto, responsável pelo sistema federal de ensino, composto pelas instituições de Ensino Superior e pelas escolas técnicas e tecnológicas.

PISO SALARIAL DOS PROFESSORES

A Lei nº 11.738/2008 foi criada pelo governo federal a fim de estabelecer um valor mínimo para o salário dos professores de Educação Básica da rede pública. Esse valor é válido para profissionais de todo o país com jornada de pelo menos 40 horas semanais.

Em 2024, o valor do piso é de R\$ 4.580,57, e o reajuste é feito anualmente pelo Ministério da Educação (MEC) com base no mesmo cálculo de aumento do valor pago a estados e municípios pelo Fundeb. Prefeituras e governos estaduais podem dar gratificações aos docentes ou bônus por desempenho. Na prática, porém, nem todos os municípios e estados cumprem a lei.

Estados e Distrito Federal

Os artigos 211 e 212 da Constituição estabelecem que os governos estaduais devem investir pelo menos 25% do total de sua arrecadação em educação, priorizando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

No caso do Ensino Fundamental, essa responsabilidade é dividida com os municípios. Na maior parte do Brasil, as prefeituras são as que mais ofertam vagas para os anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano). Segundo o Censo Escolar 2023, os estados respondiam por cerca de 14% das matrículas dos anos iniciais.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), estados e municípios praticamente dividem a atribuição: em 2023, aproximadamente 47,5% das matrículas foram feitas em escolas estaduais.

Independentemente de quantas vagas os estados e o Distrito Federal (DF) ofereçam, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece que esses entes devem: colaborar com os municípios para organizar a oferta do Ensino

Fundamental; elaborar e executar políticas e planos educacionais de acordo com diretrizes e planos federais; e coordenar a realização dos planos nos municípios de sua abrangência.

Em relação ao Ensino Médio, a responsabilidade direta é apenas dos estados e do DF, e cabe à União garantir-lhes apoio técnico e financeiro.

Municípios

Os primeiros anos de formação de uma criança são, basicamente, de responsabilidade dos municípios, já que cabe a eles garantir a oferta da Educação Infantil (creches e pré-escola) e do Ensino Fundamental. Para isso, a Constituição também impõe que as prefeituras destinem, no mínimo, 25% de sua arrecadação à educação.

A eleição de 2024 será a primeira em que estará em vigor a decisão de 2022 do Supremo Tribunal Federal (STF) que ampliou a obrigatoriedade da oferta de ensino também para creches (de 0 a 3 anos). Até então, os municípios podiam negar a matrícula alegando falta de vagas. Porém, apesar da decisão, um terço das crianças do país ainda estão sem acesso às creches, como mostrou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023 (PNAD Contínua 2023).

Vale lembrar que, mesmo com a decisão do STF, a creche não é considerada uma fase obrigatória da educação. Isto é, pais e responsáveis não são obrigados a matricular seus filhos de 0 a 3 anos, mas o município é obrigado a garantir a oferta de vagas.

A meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é ter ao menos 50% das crianças de até 3 anos em creches ao fim de sua vigência. Não são poucas as prefeituras que alegam dificuldades em cumprir tal regra, criticada pela Confederação Nacional dos

Municípios. Para especialistas, porém, trata-se de uma fase fundamental na formação da identidade e da subjetividade humana, que merece um esforço de todos para o cumprimento da meta 1 do PNE.

Não se pode negar que houve avanços em relação às vagas em creches. Em 2010, o número de crianças atendidas não chegava a 10%, mas esse tema será de crucial importância na atual eleição: quantos e quais municípios terão conseguido cumprir a meta do PNE até o final de 2024? E qual é a condição dessas creches?

Outro ponto importante a ser analisado durante a cobertura eleitoral é se o município cumpre a obrigatoriedade de destinar o mínimo estabelecido para a educação. O artigo 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece quais despesas podem ser incluídas nessa conta. O custeio de servidores inativos, merenda escolar e qualquer despesa relacionada ao Ensino Médio e ao Ensino Superior não pode fazer parte do percentual de 25%, e cabe ao Tribunal de Contas do Estado e, nos casos dos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, ao Tribunal de Contas do Município, fiscalizar o cumprimento da lei.

O papel dos vereadores

Os vereadores têm o poder e o dever de fiscalizar as ações do Executivo, analisando a aplicação correta dos recursos e o cumprimento das leis. Também julgam as contas públicas da cidade, o que acontece todo ano, com a ajuda do Tribunal de Contas municipal ou estadual.

Em vários municípios brasileiros, as Câmaras de Vereadores têm comissões permanentes de educação, nas quais os parlamentares podem promover audiências públicas que envolvam a comunidade, o

Executivo e representantes das escolas para debater assuntos como a criação de programas contra a violência escolar ou a análise da ofertas de vagas em regiões específicas da cidade. Também é comum a convocação de secretários e assessores da área de educação para prestar esclarecimentos sobre mudanças curriculares ou queixas da população, por exemplo.

A construção de creches e escolas é prerrogativa da prefeitura, mas é comum existirem, entre Executivo e Legislativo, acordos de distribuição de emendas que acabam beneficiando redutos eleitorais dos vereadores – nesse caso, é sempre bom verificar se a abertura de novas vagas tem respaldo técnico ou apenas beneficia um reduto eleitoral.

Dicas para a cobertura jornalística

▪ Conhecendo a realidade

A educação é usualmente encarada como a prioridade número 1 dos candidatos durante uma disputa eleitoral. Em alguns casos, as promessas não são baseadas em fatos e interesses reais. Muitos prometem ampliar o número de vagas em creches, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, mas será que sabem quantas crianças em sua cidade estão sem acesso à educação? Conhecem o perfil dessas crianças e as regiões com maior déficit de vagas? Estão cientes da situação atual das creches – se são próprias do município ou conveniadas? Têm um plano específico para a educação?

▪ Competência

Algumas cidades brasileiras têm aprovado leis que fogem de sua competência e que acabam virando uma disputa judicial. É o caso de prefeitos que tentaram proibir o uso de linguagem neutra nas escolas e levaram o tema até o STF. Há também os que tentaram barrar o ensino sobre questões de gênero.

Em Belo Horizonte (MG), os vereadores aprovaram uma lei que tornava o ensino religioso obrigatório, mas a proposta foi barrada pelo prefeito. Vale a pena saber o que os candidatos pensam sobre esses temas e se entendem o que é ou não de sua competência.

▪ Orçamento

Pela Constituição, os municípios devem destinar 25% dos recursos próprios à educação e cabe aos Tribunais de Contas fiscalizar isso. Consultar dados e checar se o tribunal fez algum alerta de irregularidade na prestação de contas pode render boas pautas. As cidades menores dependem basicamente do Fundeb e, para receberem esses recursos, devem estar com as informações fiscais e contábeis em dia. No site do Sistema de Informações sobre Orçamentos

Públicos em Educação (Siope), é possível conferir os recursos destinados à educação recebidos pela União, pelo estado e pelo próprio município. Também é possível consultar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e o site do Tesouro Nacional para saber quanto o município recebeu da União e se teve o valor do repasse bloqueado.

▪ **Colaboração entre estados e União**

Mesmo onde 100% das vagas de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental estão na rede municipal, compete aos estados e à União dar apoio técnico e financeiro às prefeituras. Muitas vezes, a transferência de recursos está vinculada a programas federais e estaduais. É interessante entender se há projetos parados por falta de cooperação entre as partes e entender a responsabilidade de cada uma. Há casos em que a prefeitura não elaborou um projeto para reivindicar a verba; em outros, governadores ou o MEC negaram esse apoio.

▪ **Estratégias**

Além de recursos financeiros, devem existir estratégias adequadas para melhorar a qualidade do ensino. É necessário entender quais são o planejamento e a política propostos, além de verificar se há eficiência nos gastos, oferta de estrutura adequada e boas condições de trabalho para os educadores, entre outros fatores.

▪ **Transparência e diálogo**

Quais são as ferramentas que o município disponibiliza para que a comunidade acompanhe os gastos com educação, os projetos em andamento e os resultados das avaliações? A transparência com os dados educacionais e o relacionamento com a sociedade podem render boas pautas.

Os conselhos municipais de educação, presentes na maioria das cidades brasileiras, têm a função de atuar como interlocutores entre a sociedade e os gestores da educação, além de fiscalizar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados da rede de ensino. Os municípios que não dispõem de conselhos, cuja criação é aprovada pela Câmara de Vereadores, devem recorrer ao Conselho Estadual de Educação. Também é importante analisar quais são e como funcionam as parcerias com a iniciativa privada, a comunidade acadêmica e o terceiro setor.

▪ Planos municipais

Além do PNE, cada município deve ter seu próprio documento com metas e estratégias para a área. Uma consulta a esse documento pode indicar os principais gargalos e problemas não resolvidos.

▪ Recursos humanos

É importante entender como o candidato se posiciona em relação aos profissionais de ensino. O município cumpre a lei do piso salarial (leia mais na p. 12)? Cria um ambiente favorável às boas práticas pedagógicas? Investe em formação continuada? Qual o critério para a escolha dos diretores das escolas? Vale lembrar que, segundo os dados do Censo Escolar 2023, só 13,4% dos diretores da rede municipal de ensino foram escolhidos por meio de um processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Qual é a opinião do candidato sobre isso?





Educação Infantil

Acesso e estrutura

A Educação Infantil, que abrange creche e pré-escola, atendendo crianças de 0 a 6 anos de idade, é prioritariamente responsabilidade dos municípios.

Além de garantir vagas em creches e na pré-escola, cabe ao poder público zelar pela qualidade do ensino, pelas condições estruturais e dos equipamentos de creches e escolas e pela formação adequada do corpo docente.

Na faixa etária adequada à creche (até 3 anos de idade), o atendimento escolar foi de 36% em 2022, segundo os dados do Censo Escolar 2023. Mesmo dentro desse universo de crianças atendidas, há ainda desigualdades regionais e raciais, o que pode render boas pautas.

Com a decisão do STF de tornar obrigatória a oferta de vagas em creches, a corrida para tentar ampliar esse número de vagas é motivo de atenção. Isso porque ainda há dificuldade de entendimento sobre a importância desses primeiros anos de desenvolvimento.

Dados do Censo Escolar 2023 mostram que é cada vez mais comum as prefeituras optarem por convênios com entidades privadas, filantrópicas e/ou religiosas para aumentar a oferta de vagas em creches: 50,4% das crianças atendidas estavam em instituições conveniadas com o poder público em 2022, e 33,2% na rede privada.

Há situações em que as creches conveniadas funcionam em imóveis próprios ou públicos. Verificar as condições de atendimento das crianças nesses espaços é fundamental: checar se seguem os mesmos critérios das creches públicas da rede direta em relação a seleção de docentes, qualidade de ensino, estrutura etc.

Já na pré-escola (de 4 a 5 anos), o índice de atendimento está bem acima do verificado nas creches e é praticamente universal: 99,4% em 2022, segundo o Censo Escolar 2023. Diferentemente da creche, a pré-escola é uma fase obrigatória desde 2013; assim, os pais devem matricular suas crianças aos 4 anos e o poder público tem de garantir acesso à escola.

O PNE prevê que, ainda em 2024, pelo menos metade das escolas públicas ofereça a jornada integral (7 horas ou mais). Nas creches, essa meta já foi superada em 2022: 57% das crianças estavam matriculadas nessas condições. Na pré-escola, porém, a realidade é bem diferente: a ampla maioria (81%) estudava na chamada jornada parcial de, no mínimo, 4 horas diárias.

Principalmente nessa fase do aprendizado, o espaço físico de creches e de escolas infantis é um ponto de extrema relevância. É preciso que esses locais garantam às crianças segurança, acessibilidade, movimentação e independência.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, que foram atualizados em 2018 e devem passar por novas alterações ainda em 2024, determina, por exemplo, que as creches garantam berços para bebês de até 8 meses e colchonetes ou camas empilháveis para crianças acima dessa idade. Há também equipamentos básicos para diferentes faixas etárias, como cadeiras de alimentação e brinquedos. É possível checar essas diretrizes no portal do [Ministério da Educação \(MEC\)](#).

Vale lembrar que, desde 2007, essas duas etapas de ensino passaram a receber verba da União via Fundeb, o principal mecanismo de financiamento da Educação Básica.

Qualidade e impacto da Educação Infantil

Não há a menor dúvida sobre o impacto da Educação Infantil no desenvolvimento de uma criança. É nessa fase, quando ocorrem 90% das conexões cerebrais, que ela desenvolve seus potenciais e constrói as bases para diversos tipos de aprendizagem ao longo da vida. O estudo desenvolvido por James Heckman, Nobel de Economia, é um dos mais contundentes sobre a importância de investir na Educação Infantil.

A realidade, porém, mostra que, em muitos casos, os gestores municipais ainda consideram que a creche seja apenas um direito das mães, um local em que possam deixar seus filhos em segurança para poderem trabalhar, ou que a pré-escola seja só uma fase preparatória para o Ensino Fundamental.

Mas a BNCC traz diretrizes de aprendizagem bem específicas para essa faixa etária e fundamentadas no “campo de experiência” (integração das experiências cotidianas com conhecimentos), conceito vinculado a um conjunto de direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Os educadores devem estimular as crianças a expressar ideias e desejos, produzir suas próprias histórias usando linguagem oral e escrita espontânea, recontar histórias e levantar hipóteses sobre a linguagem escrita, entre outras experiências.

Cada escola alinha essas diretrizes à sua maneira, baseada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas orientações da Secretaria de Educação de sua cidade.

Como em todas as fases de aprendizado, o papel do educador é fundamental na Educação Infantil. O Conselho Nacional de Educação (CNE) define que o número

de estudantes por professor deve “possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias”. Para isso, recomenda que haja, no mínimo, um docente para:

- 6 a 8 crianças na faixa etária de 0 a 1 ano;
- 15 crianças (de 2 a 3 anos);
- 20 crianças (na pré-escola, entre 4 e 5 anos).

Também é relevante que as unidades de Educação Infantil disponham de materiais adequados para ajudar no desenvolvimento das crianças. Pelos dados do Censo Escolar 2023, só 31,9% das creches e pré-escolas municipais contavam com materiais para atividades culturais e artísticas. Na rede particular, esse índice é de 67,7%. Boa parte da rede pública nem sequer conta com banheiro adequado para essa faixa etária: 46,6%; na rede particular, o número cresce para 87,2%. Mais dados podem ser acessados no [site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(Inep\)](#).

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Em 2023, o Ministério da Educação lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, cuja meta é garantir que todas as crianças terminem o 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas, conforme previsto na BNCC.

Feita em regime de colaboração entre todos os entes federativos, a iniciativa se baseia na premissa de que a União dará apoio financeiro e técnico aos estados e municípios que se comprometerem a melhorar a qualidade da alfabetização, aprimorar os resultados das avaliações e reduzir as desigualdades (leia mais na p. 34).

Estados e municípios podem escolher as ações de seu interesse, criar seus programas de alfabetização e

apresentar suas demandas à União, que irá disponibilizar recursos para, por exemplo, formação de professores e profissionais da educação e distribuição de materiais suplementares/complementares.

Por serem os responsáveis pela oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os municípios têm um papel central na implementação do Compromisso.

O MEC afirma que a iniciativa tem o potencial de beneficiar cerca de 4 milhões de alunos entre 4 e 5 anos em 80 mil escolas públicas que oferecem a pré-escola.

Até maio de 2024, segundo o MEC, 100% dos estados e 99,8% dos municípios aderiram à iniciativa, e já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão no programa, com distribuição de bolsas para articuladores em todos os municípios, formação de professores e gestores, fornecimento de materiais complementares de alfabetização e criação de Cantinhos da Leitura nas salas de aula em escolas que tenham estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, prioritariamente entre 1º e 2º anos.

Apesar de o Compromisso ter sido implementado em 2023, os recursos só começaram a ser disponibilizados em 2024. É fundamental acompanhar não só quais ações estão sendo implementadas, mas também as demandas apresentadas pelos municípios, os critérios para a escolha delas e se são, de fato, as prioridades da cidade.

Dicas para a cobertura jornalística

▪ Idade esperada

É preciso esclarecer sempre a faixa etária das crianças atendidas pelas creches e pré-escolas. Ao se ilustrar uma reportagem sobre Educação Infantil, é recomendável usar imagens adequadas a essa etapa: crianças pequenas desenhando em mesas baixas, lendo ou ouvindo histórias em roda, brincando em grupos pequenos, e não a cena típica de uma sala de aula com estudantes sentados em carteiras enfileiradas e um professor à frente da sala.

▪ Oferta de vagas em creches

A meta estipulada pelo PNE de ter 50% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches ainda em 2024 vale para o país inteiro, mas é importante saber a realidade do município-foco da reportagem em questão, porque dentro de uma mesma cidade pode haver regiões com maior ou menor demanda. É importante cobrar de um candidato se ele tem esse mapeamento, como está (ou como pretende fazer) a distribuição regional das novas vagas e se haverá algum critério de prioridade na oferta (por exemplo: de acordo com o perfil socioeconômico das famílias ou para crianças com necessidades especiais).

▪ Creches conveniadas e creches próprias

Ao tratar de creches, é preciso saber quantas são conveniadas e quantas são da rede própria da prefeitura e questionar quais são os critérios de cada convênio: se há exigências de estrutura e de número e formação de docentes; se seguem o mesmo PPP; como é feita a supervisão dos espaços, entre outros assuntos. Também vale saber se o poder público garante aos profissionais formação continuada.

▪ Vagas e jornada na Pré-Escola

Embora o acesso à Pré-Escola seja praticamente universal, há realidades distintas nas várias regiões do país. Em algumas cidades, o número de crianças de 4 e 5 anos fora da escola pode estar bem acima da média nacional, principalmente nas áreas mais vulneráveis. O município tem esse mapeamento das crianças fora da escola? Faz um programa de busca ativa? Além disso, quais são as iniciativas para ampliar a jornada?

▪ Estrutura

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil deverão ser atualizados pelo MEC em 2024. É interessante confrontar as diretrizes desse documento com a realidade escolar de cada município e, dentro do mesmo município, mostrar as desigualdades por regiões e entre as redes pública e particular.

▪ Avaliação de qualidade

Em 2021, o Inep avaliou a qualidade da Educação Infantil, e é possível consultar os resultados no *site*. Vale conferir os dados da cidade em relação à situação das creches e pré-escolas. As unidades permitem brincadeiras que estimulem a imaginação? Há interações planejadas entre as próprias crianças e delas com os adultos? A criança é estimulada a participar do planejamento das atividades?

▪ Diversidade

No contexto atual de polarização, é importante também avaliar como a escola trata a questão da promoção da diversidade. Nas conversas e nos materiais utilizados, são apresentadas as múltiplas formas de família, de religião e de raça?

▪ **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**

O governo federal afirma que cerca de 4 milhões de crianças entre 4 e 5 anos também podem ser beneficiadas pelo programa, mas cabe aos municípios e estados apresentar suas demandas. O que os prefeitos priorizaram? Essa verba foi disponibilizada? É possível já analisar algum resultado?

▪ **Migrantes e imigrantes**

Em várias cidades brasileiras, a presença de migrantes e imigrantes é cada vez maior. Os filhos dessas famílias têm acesso a creches e pré-escolas? As unidades estão preparadas para lidar com crianças que, muitas vezes, não falam português?

▪ **Quilombolas e indígenas**

Com frequência, os dados gerais de oferta da Educação Infantil em determinada região ou cidade não espelham a realidade da situação das famílias que moram em áreas afastadas dos centros urbanos ou em comunidades indígenas ou quilombolas. Fazer um mapeamento da situação dessas crianças pode render boas pautas.

▪ **Tragédias**

Crise climática, destruição de barragens e desastres ambientais têm obrigado as crianças a se afastarem de suas escolas. Em alguns casos, a separação é temporária, mas há muitas situações em que o afastamento se prolonga ou se torna definitivo. Como cada município está lidando com essa nova realidade, não apenas na questão estrutural, mas também no aspecto da saúde mental e emocional desses alunos?



3

Ensino Fundamental

Acesso e estrutura

Ciclo mais longo da Educação Básica, o Ensino Fundamental dura nove anos e divide-se em duas etapas: os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano). A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental pode ser bastante desafiadora para as crianças, que passam a ter uma rotina de estudos e a realizar as primeiras avaliações, e para os educadores responsáveis pela alfabetização, uma das bases do percurso escolar.

A LDB e a Resolução CEB nº 6/2010 do CNE definem que, para iniciar essa etapa, o aluno deve ter 6 anos completos até 31 de março do ano letivo. A questão da idade exata para ingressar no Ensino Fundamental era polêmica em alguns municípios e estados, mas uma decisão de 2018 do STF validou a data-corte para todo o país.

O Ensino Fundamental é frequentemente dividido em anos, mas a LDB abre a possibilidade de que essa fase escolar seja organizada em ciclos – que eventualmente reúnem dois ou mais anos – ou até em semestres. A defesa da formatação em ciclos está conectada à ideia de que dividir a etapa em períodos mais longos que um ano respeita o desenvolvimento da criança e permite aos professores trabalhar com mais tempo os componentes curriculares.

É bom lembrar que, em cidades menores e áreas rurais ou de difícil acesso, é comum a existência das classes multisseriadas, que reúnem alunos de diferentes idades. Esse modelo traz um desafio extra aos professores, que precisam lidar com turmas heterogêneas.

O TAMANHO DA TURMA

O número de alunos por sala de aula do Ensino Fundamental é sempre motivo de atenção. Não há uma legislação nacional que defina uma quantidade exata, mas um parecer de 2010 do Conselho Nacional de Educação recomenda que o ideal é de: até 24 estudantes por turma nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 30 alunos nos anos finais e no Ensino Médio.

Os dados do Censo Demográfico 2023 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram uma queda significativa da população na faixa de 6 a 11 anos. Para especialistas, essa é uma oportunidade para as escolas oferecerem turmas menores, com um acompanhamento mais individualizado (como tutorias ou aulas de reforço).

Mesmo assim, há inúmeros projetos parados no Congresso Nacional que definem o limite máximo de alunos por sala de aula. Enquanto não há uma legislação específica, municípios e estados alteram esse limite de acordo com suas necessidades. Vale a pena cobrar esses dados das secretarias municipais de Educação e checar *in loco* a situação das escolas.

Formação dos professores

Assim como na Educação Infantil, a LDB também permite que professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental tenham diploma de Ensino Médio na modalidade Normal (Magistério) ou de Ensino Superior, preferencialmente de Pedagogia.

Segundo os dados do Censo Escolar 2023, 87,3% dos docentes que trabalham nos anos iniciais Ensino Fundamental têm nível superior completo (85,8% em grau acadêmico de licenciatura e 1,5% de bacharelado) e 7,8% têm Ensino Médio na modalidade Normal (Magistério). Foram identificados ainda 4,9% com Ensino Médio ou nível inferior.

Esses percentuais variam de cidade a cidade. Em vários municípios das regiões Norte e Nordeste do país, a taxa de docentes com nível superior não chega a 20% da rede.

Alfabetização

A BNCC estabelece cinco grandes áreas de conhecimento no Ensino Fundamental, com subdivisões (os componentes curriculares). São elas: linguagens (língua portuguesa, arte e educação física), matemática, ciências da natureza (ciências), ciências humanas (história e geografia) e ensino religioso. A divisão de componentes curriculares, entretanto, pode variar entre as escolas ou redes, desde que esses conteúdos sejam oferecidos aos alunos.

O foco dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental deve ser a alfabetização, segundo prevê a própria BNCC. Esse processo envolve conectar letras e sons, formar palavras, compreender e criar histórias e influencia a capacidade de aprender outros conteúdos no futuro.

Em junho de 2023, como citado anteriormente, o MEC lançou o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com a meta de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 2º ano do Ensino Fundamental. Dados divulgados pelo MEC em maio de 2024 mostram o tamanho do desafio: do total de crianças matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental em 2023, apenas 56% estavam alfabetizadas no mesmo ano.

Chegou-se a esse resultado com base no Indicador Criança Alfabetizada, criado pelo MEC em maio de 2024 para fixar um parâmetro comum de medição da alfabetização em todo o país. Para estabelecê-lo, foram consultados professores alfabetizadores e especialistas em alfabetização, com o objetivo de definir o conjunto de habilidades que devem caracterizar o perfil de

aprendizagem da leitura e da escrita esperado ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Esse perfil de aprendizagem foi interpretado por meio da escala de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e estabeleceu-se uma linha de corte de 743 pontos nessa escala. Além disso, o Inep fez acordos de cooperação com as secretarias estaduais de Educação para incluir perguntas sobre leitura e escrita nas avaliações realizadas pelos estados. Como essas questões foram padronizadas, tornou-se possível a comparação dos resultados entre si e em relação à linha de corte de 743 pontos, associados a um conjunto de habilidades, como:

- ler palavras, frases e textos curtos;
- localizar informações explícitas em textos curtos (de até seis linhas), como bilhetes, crônicas e fragmentos de contos infantis;
- inferir informações em textos que articulam as linguagens verbal e não verbal, como tirinhas e cartazes;
- escrever, de acordo com a ortografia, palavras com regularidades diretas entre fonemas e letras;
- escrever textos que circulam na vida cotidiana, ainda que apresentem desvios ortográficos ou de segmentação.

As metas

Ao lançar o Indicador Criança Alfabetizada, o MEC também divulgou as metas previstas para o Brasil nos próximos anos:

2025	2026	2027	2028	2029	2030
60%	64%	71%	74%	77%	80%

Essas metas são para o total das crianças brasileiras, mas cada município e estado também têm sua própria meta, de acordo com os resultados obtidos em 2023, que escancaram a imensa desigualdade no país. Em Aracaju (SE), por exemplo, menos de 34,5% dos estudantes estavam alfabetizados; em Fortaleza (CE), esse percentual foi 74%.

É possível consultar os resultados e as metas até 2030 para o Brasil, para os estados e o DF e para os municípios no site da [Avaliação da Alfabetização no portal do Inep](#) e no [site do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada](#) (clique em "Indicador Criança Alfabetizada Brasil").

Testes, avaliações e dados

O MEC implantou um sistema de avaliação da Educação Básica em 1990 que passou por várias reformulações desde então. Atualmente, o Saeb é o principal instrumento de monitoramento da aprendizagem no país. Realizada a cada dois anos, sua prova é aplicada em todas as unidades da federação, com participação obrigatória para as escolas públicas e facultativa para as instituições privadas. Em 2023, foram avaliados cerca de 8,4 milhões de alunos de mais de 384 mil turmas, distribuídas entre mais de 190 mil unidades.

O Saeb é realizado por estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Também são aplicados questionários a professores, diretores e secretários de educação, com o objetivo de contextualizar socioeconomicamente os resultados.

Juntamente com os dados de fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) do Censo Escolar, as respostas do Saeb compõem a nota do Índice de Desenvolvimento

da Educação Básica (Ideb). As informações obtidas pelo Saeb podem colaborar no monitoramento e na construção de políticas públicas. Para as escolas, a análise dos resultados permite mapear pontos de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Os testes usam a Teoria de Resposta ao Item (TRI), metodologia de elaboração de questões que calibra níveis de dificuldade e permite a comparação de resultados de diferentes edições do exame.

Para os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, a escala de proficiência do Saeb, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, tem média de desempenho 750 e é composta por oito níveis – o nível 1 é o mais básico, e o nível 8 o mais alto da escala.

Os estudantes classificados no nível abaixo de 1 são aqueles que não dominam nenhuma habilidade prevista para essa etapa escolar. No nível 8, provavelmente são capazes de interpretar textos longos e ter noção de espaço e tempo.

Importante: de acordo com o Indicador Criança Alfabetizada, 743 é a linha de corte para definir se a criança é alfabetizada. A média do nível 4 da escala de proficiência do Saeb é maior ou igual a 725 e menor que 750.

A escala de proficiência do Saeb para os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental pode ser encontrada no [site do Inep](#).

Os testes de Língua Portuguesa e Matemática são aplicados para todos os alunos das turmas de 2º, 5º e 9º anos. Os testes de Ciências da Natureza e Ciências Humanas são aplicados apenas aos estudantes das turmas de 5º e 9º anos: metade dos alunos das turmas selecionadas faz a prova de Ciências da Natureza e a outra metade, a prova de Ciências Humanas.

A importância do Ideb

Lançado em 2007, o Ideb mede a qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do país com base em dois eixos: a aprendizagem (mensurada pelas provas do Saeb) e o fluxo escolar (as taxas de repetência e evasão, medidas por meio do Censo Escolar). A combinação desses dois conceitos evita premiar um sistema de ensino excludente. Se a escola retiver seus alunos para obter melhores resultados no Saeb, o fluxo escolar será alterado. Se, ao contrário, forem aprovados estudantes sem domínio dos conteúdos para melhorar as taxas de fluxo, o Saeb captará essa prática.

O Ideb varia de 0 a 10 e sua divulgação é feita a cada dois anos. O MEC fixou como meta que todas as redes de ensino atingissem a nota 6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental – em 2021, o país fechou esse ciclo do Ideb com uma média de 5,8 nos anos iniciais. O resultado abaixo da meta é associado aos efeitos da pandemia de covid-19.

Assim como em outros indicadores, as metas intermediárias (a cada dois anos) eram diferentes para cada rede e escola conforme os próprios resultados apresentados por cada uma nos Ideb anteriores, o que permite avaliar a evolução dos sistemas de ensino.

Isso significa que é preciso dar atenção ao histórico de desempenho da rede ou da escola. Em determinado ano, por exemplo, uma unidade pode estar distante da média nacional, mas ter avançado em ritmo mais veloz que outras. Muitas vezes, o esforço e o tamanho do avanço são mais importantes do que a posição no *ranking*.

O contexto social da escola também é essencial na análise dos dados; por isso, o Inep passou a apresentar, a partir de 2015, os boletins do Ideb acompanhados de quatro indicadores de contexto.

Indicador de nível socioeconômico (Inse)

É a média do nível socioeconômico dos alunos de cada escola, distribuídos em seis níveis (sendo 6 o mais alto). O cálculo é feito com base nas informações fornecidas pelos alunos no preenchimento do questionário contextual do Saeb.

Indicador de adequação da formação docente

Proporção de professores de cada escola com formação adequada para o componente curricular que leciona, segundo a lei. O cálculo é feito com base no Censo Escolar, e há cinco grupos de adequação.

Indicador de esforço docente

Mensura a dificuldade enfrentada pelos professores para exercer a profissão, considerando fatores como número de escolas, etapas de ensino e turnos de trabalho em que atuam e quantidade de alunos atendidos. O cálculo é feito com base em informações do Censo Escolar, e as unidades são classificadas em seis níveis de esforço.

Complexidade de gestão

Traduz quatro características da escola: número de matrículas, turnos de funcionamento, etapas ofertadas e complexidade dessas etapas. O cálculo é feito com base em informações do Censo Escolar, e as unidades são classificadas em seis níveis de complexidade.

No **site do Inep**, é possível encontrar mais detalhes sobre esses indicadores. O Ideb deve passar por uma nova reformulação, e um dos pontos que pode ser alterado é a inclusão de indicadores de equidade, considerada por especialistas como essencial em qualquer tipo de avaliação.

Dicas para a cobertura jornalística

▪ Além dos dados

As avaliações podem ser o principal ponto de partida para abordar a realidade escolar de um município, mas esses dados não podem ser considerados isoladamente. Sempre que possível, é importante ouvir escolas, professores e alunos e considerar as condições locais (recursos disponíveis, infraestrutura das redes e unidades, condições de trabalho dos docentes, entre outros aspectos), porque o desempenho dos estudantes nas avaliações está associado a esses fatores e às condições socioeconômicas.

▪ Evite comparações

Nunca compare escolas de realidades muito discrepantes, já que estudos apontam que o nível socioeconômico dos alunos (sobretudo nos quesitos renda e escolaridade dos pais) tem impacto nos resultados. O ideal é sempre comparar a unidade com ela mesma e saber se os resultados pioraram ou melhoraram ao longo dos anos.

▪ Continuidade

Para muitos especialistas, a continuidade de políticas públicas por um longo período se reflete positivamente no desempenho das escolas e dos alunos. É importante ouvir diretores e educadores sobre uma possível descontinuidade de ações e projetos na última eleição e cobrar dos candidatos o que pretendem manter ou alterar na política atual.

▪ Metas

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada criou metas para cada município a fim de que as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. O candidato sabe qual é a meta para a sua cidade? Esse indicador caiu ou melhorou em relação às edições anteriores? O candidato tem algum plano específico para as regiões mais vulneráveis?

▪ **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**

Embora o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tenha sido anunciado em 2023, é em 2024 que, na prática, tiveram início a liberação da maior parte dos recursos e a implementação dos programas e políticas públicas com base nas demandas dos municípios. Vale acompanhar *in loco* o que já foi feito e questionar o candidato se sabe quais são as demandas apresentadas pela atual gestão e se concorda com elas.

▪ **Concursados e temporários**

A contratação de professores temporários, que não têm garantia de estabilidade nem a possibilidade de progressão na carreira, deveria ser uma exceção. Em vários municípios e estados brasileiros, porém, o total de temporários já supera o de concursados, segundo dados do Censo Escolar 2023. Além de dificultar a criação de vínculo com a escola e os alunos, o encerramento do contrato dos temporários sempre pode prejudicar o início das aulas. Vale conferir a realidade da cidade que é objeto da reportagem: saber quando foi realizado o último concurso; se, efetivamente, todos os aprovados já foram chamados; e quais as propostas dos candidatos para essa situação.

▪ **Formação continuada**

O Censo Escolar 2023 aponta que a ampla maioria (87%) dos docentes que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental têm nível superior completo, e boa parte dos novos professores são egressos de cursos oferecidos na modalidade Educação a Distância (EAD). Recomenda-se que os educadores tenham condições de se atualizarem constantemente e recebam apoio para lidar com a realidade da sala de aula. Quais são os programas de educação continuada oferecidos pelas prefeituras e quantos docentes do total da rede têm acesso a eles?

- **Promessas**

A temporada de promessas começa cedo em todo ano eleitoral, com candidatos dizendo que, se eleitos, distribuirão *tablets* e outros dispositivos tecnológicos a todos os alunos. É importante apurar como será feito o uso de novos equipamentos e que efeito se espera que produzam na aprendizagem ou no desenvolvimento dos estudantes. Em muitos casos, programas desse tipo fracassam se não forem acompanhados de treinamento docente.

- **Mais informações**

O Saeb aplica questionários a alunos, professores, diretores e gestores educacionais sobre o contexto escolar que abrangem tópicos como violência, *bullying*, indisciplina, práticas pedagógicas e formação continuada. Buscar essas respostas pode render boas pautas ou enriquecer a discussão sobre a condução da educação em determinado território.





Temas que merecem
atenção no debate eleitoral
e nas gestões municipais

Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi instituído em 2007, mas foi somente em 2020, por meio da Emenda Constitucional nº 108, que se consolidou como um instrumento permanente de financiamento da educação pública.

Principal fonte de recursos da Educação Básica no Brasil, o Fundeb tem como fonte impostos e transferências de estados, do Distrito Federal e de municípios e uma complementação federal. Essas verbas são redistribuídas para as redes estadual/distrital e municipal para que se atinja um valor mínimo por aluno, variável de acordo com a etapa de ensino e, desde 2021, também com base nas condições socioeconômicas dos estados e municípios e na evolução em indicadores de atendimento e de aprendizagem. Em 2024, o valor mínimo por aluno é de R\$ 5.361,43.

Ao transformar o Fundeb em um fundo permanente, garantindo estabilidade aos gestores, a Emenda Constitucional nº 108 estabeleceu o aumento da complementação da União: de 10% passará gradativamente a 23% em 2026 (em 2024, o percentual é de 19%). Essa complementação é paga aos estados e municípios que não têm arrecadação suficiente para atingir o valor mínimo por aluno.

Apesar do caráter de fundo permanente, o Fundeb sempre é alvo de tentativas de inclusão no limite de gastos da União ou em propostas como a do arcabouço fiscal (aprovada em 2023), que só excluiu o fundo após pressão da sociedade e de entidades ligadas à educação.

Regime de colaboração e descontinuidade de políticas

Na tentativa de reduzir a enorme desigualdade educacional no Brasil, a Constituição de 1988 implantou a figura do regime de colaboração, que pressupõe a ação conjunta de União, estados e municípios; cabe à primeira coordenar as diretrizes básicas curriculares e a distribuição de recursos para a educação.

Questões políticas, muitas vezes, provocam um “jogo de empurra” entre as esferas do governo, e especialistas apontam outras dificuldades para implementar o regime de colaboração, como falta de coordenação, sobreposição de ações e até mesmo uma gestão unilateral de políticas por parte do governo federal.

Além disso, a descontinuidade de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal impacta toda a rede de ensino. A troca de prefeitos resulta, muitas vezes, na substituição dos diretores de escolas - o Censo Escolar 2023 mostra que 54,6% desses profissionais foram indicados exclusivamente pela gestão municipal. Um estudo divulgado em 2016 pela Universidade de São Paulo (USP) mostra que o resultado do Ideb de escolas onde ocorreram essas mudanças foi menor em comparação às demais unidades.

Valorização docente

É de regra que em toda campanha eleitoral a valorização do professor figure entre os principais temas das promessas dos candidatos. A valorização, porém, vai muito além da remuneração do profissional e envolve a possibilidade de evolução na carreira, além de questões como segurança, infraestrutura da escola e apoio material e humano (recursos didáticos e apoio pedagógico).

Mesmo com a criação do piso nacional do professor em 2008 (leia mais no capítulo 1), a baixa remuneração ainda é um dos fatores que mais influenciam o profissional a abandonar a carreira, como mostra a pesquisa “Futuro da Docência”, divulgada em 2023 pela rede Conectando Saberes: salário baixo (77%), questões psicológicas (75%) e inadequação docente (70%) – ou seja, quando profissionais são alocados para dar aulas em componentes curriculares para os quais não foram formados – são as principais razões apontadas pelos entrevistados, segundo a pesquisa.

O PNE estabelece quatro metas em relação à valorização profissional, que preveem, entre outros pontos, formação continuada, plano de carreira e equiparação da remuneração dos docentes à daqueles profissionais que têm igual nível de escolaridade.

Na cobertura jornalística de uma campanha eleitoral, é preciso ampliar esse debate e verificar, por exemplo: qual a porcentagem de profissionais que desistiram da carreira; quantos estão de licença médica; se há gratificações ou outros benefícios além do salário; e quais os critérios para obtê-los. Mais do que entrevistar os candidatos, é essencial ouvir professores sobre as condições que enfrentam no dia a dia.

Municipalização de escolas de Ensino Fundamental

A Constituição estabelece que a responsabilidade pela oferta de vagas do Ensino Fundamental tem de ser dividida entre estados e municípios – na prática, porém, são as prefeituras que mais disponibilizam matrículas para os anos iniciais (1º ao 5º ano). Em 2024, esse processo se intensificou, com várias cidades assumindo escolas que até então eram de responsabilidade dos estados.

A Prefeitura de São Paulo passou a gerir 25 escolas estaduais em 2024 e abará outras 25 no ano seguinte. São cerca de 25 mil alunos impactados, o que significa um aumento de 10% no volume total de estudantes, segundo a *Folha de S.Paulo*.

A transferência das escolas não é um processo simples e envolve preparo orçamentário, contratação de professores e alinhamento da parte pedagógica. A Comissão de Educação da Câmara de Vereadores de São Paulo realizou uma audiência pública para debater o assunto, já que houve muitas críticas acerca da falta de discussão e transparência nesse processo.

Além de São Paulo, os governos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul vêm transferindo a gestão das escolas estaduais dos anos iniciais do Ensino Fundamental para as prefeituras. No Espírito Santo, a municipalização faz parte de um acordo entre prefeituras e governo, com a intermediação do Tribunal de Contas do Estado.

O principal argumento usado para a municipalização é o fato de que os anos iniciais do Ensino Fundamental são uma continuação da Educação Infantil, prioridade dos municípios. Além disso, a transferência dessas matrículas permite ao estado investir mais nos anos finais desse segmento (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio.

Esse processo requer atenção. Algumas dicas: verificar nas escolas municipalizadas como foi o processo de transferência e se a comunidade foi consultada; conferir a trajetória de avaliações e indicadores como o Ideb; e checar se houve fechamento de unidades ou redução de matrículas (principalmente as mais afastadas ou que atendem a um público específico, como indígenas e quilombolas).

***Bullying* e violência nas escolas e contra elas**

O aumento dos casos de violência nas escolas e contra elas não é uma realidade exclusivamente brasileira e envolve muitas questões, como saúde mental, *bullying*, discurso de ódio e falta de controle sobre armas. Mesmo assim, o tema deve e precisa estar na pauta dos candidatos às eleições municipais de 2024.

Segundo levantamento divulgado pelo MEC, o Brasil teve, entre 2002 e outubro de 2023, 36 ataques a escolas, que resultaram em 49 mortes e 115 pessoas feridas. Sempre que um novo ataque ocorre, prefeitos e governadores divulgam medidas para ampliar a segurança, como: obrigatoriedade de haver um policial ou guarda municipal dentro das unidades escolares; instalação de aparelhos de raio X para detectar entrada de armas nos prédios; e até mesmo permissão para alunos terem suas mochilas revistadas ao entrar na sala de aula, o que contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também há promessas de criação de programas para a implementação das chamadas políticas de paz, que priorizam a contratação (ou ampliação) do número de psicólogos e a formação de grupos para promover e incentivar a resolução pacífica de conflitos.

Boa parte dessas medidas foram anunciadas no primeiro semestre de 2023, após dois casos emblemáticos de violência no ambiente escolar. O próprio MEC propôs, no mesmo levantamento de outubro de 2023, uma série de ações nesse sentido, como promover políticas de saúde mental nas escolas, melhorar a convivência e o ambiente de acolhimento nas instituições e responsabilizar as plataformas digitais pela circulação de conteúdo extremista e ilegal. Uma dessas medidas foi efetivada no início de 2024, com a sanção, pelo presidente Luiz Inácio

Lula da Silva, da Lei nº 14.811, que incluiu os crimes de *bullying* e *cyberbullying* no Código Penal.

Como as promessas e os anúncios foram feitos em 2023, já é possível conferir o que realmente saiu do papel, o que continua em vigor e os resultados práticos dessas medidas, buscando identificar o que foi feito pelas redes municipais para preparar os professores e a comunidade escolar para o enfrentamento dessas questões e promover a cultura de paz nas escolas.

Tecnologia nas escolas

Desde novembro de 2023, todas as escolas do país, da Educação Infantil até o Ensino Médio, deveriam ter iniciado a inclusão do ensino de computação em seus currículos, como prevê a Resolução nº 1/2022 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A resolução instituiu um complemento à BNCC e definiu as normas para o ensino do novo componente curricular em um documento conhecido como BNCC Computação. O próprio MEC admite as dificuldades enfrentadas por vários municípios e afirmou, em nota ao site Nova Escola, que está mapeando a realidade das redes de ensino e irá criar um material de orientação a ser publicado no segundo semestre de 2024. O MEC afirma ainda que a adaptação dos currículos à BNCC Computação poderá ser um dos critérios para o recebimento do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), um dos componentes do Fundeb.

O governo federal também criou, em setembro de 2023, a Estratégia Nacional Escolas Conectadas, com a promessa de universalizar o acesso à internet nas 138,3 mil escolas públicas brasileiras até 2026. Todos os estados e o DF ingressaram no programa, mas algumas cidades ainda

estão fora: até janeiro de 2024, 92,15% municípios haviam aderido – o prazo para que os gestores adotassem a iniciativa havia se encerrado no mês anterior.

Um ponto importante a ser considerado na cobertura eleitoral é que, muitas vezes, as escolas estão conectadas, mas o uso dos computadores se restringe ao pessoal administrativo, e não chega ao professor nem ao aluno. Além disso, muitos docentes não têm preparo para lidar com o novo componente curricular.

Também vale lembrar, como destaca o texto "Computação e tecnologia nas escolas: dicas e sugestões de cobertura" no *site* da Jeduca, que a adaptação da computação ao currículo não se limita ao uso em si da tecnologia. Há várias atividades "desplugadas" em que é possível introduzir conceitos de computação, não necessariamente usando esses equipamentos em conexão com a internet.

Tempo integral

Ampliar o número de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais) é uma das principais metas da atual gestão do MEC. O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, prevê o suporte técnico e financeiro para estados e municípios criarem essas novas vagas em todas as etapas da Educação Básica, priorizando as escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

O desafio, claro, é imenso. O Censo da Educação Básica 2023 mostra que o país tem 21% das 47,3 milhões de matrículas na Educação Básica em tempo integral – a meta 6 do PNE 2014-2024 prevê que 50% das escolas públicas devam oferecer educação em tempo integral e que 25% das matrículas das escolas devam ser nesse regime.

A adesão dos municípios ao programa foi grande. Quase 950 mil das mais de 1 milhão de matrículas pactuadas no programa para 2024 foram confirmadas. O Rio Grande do Sul obteve mais prazo do MEC, em decorrência dos impactos provocados pelas enchentes no estado.

É preciso, porém, focar a atenção em alguns pontos, como:

- quanto efetivamente o município já recebeu do MEC em termos financeiros e de assistência técnica?
- o programa prevê que as matrículas em tempo integral priorizem as áreas mais vulneráveis; isso está sendo feito?
- quais mudanças foram realizadas no currículo para ampliar a carga horária dos alunos?
- quais são os critérios usados pelo município para a escolha das escolas que estão oferecendo o ensino em tempo integral?
- para ofertar as novas vagas, houve redução na oferta de ensino noturno ou na EJA?

TEMPO INTEGRAL E EDUCAÇÃO INTEGRAL

Há uma grande diferença entre educação em tempo integral e educação integral. A primeira se refere ao tempo em que o aluno permanece na escola em atividades didáticas e formativas – 7 horas ou mais, segundo a definição do MEC.

Já a educação integral é definida na BNCC como aquela que, independentemente da jornada escolar, se compromete com uma formação que abrange diferentes dimensões do indivíduo e está conectada com as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes e com os desafios da sociedade contemporânea.

Mudanças climáticas

Os danos provocados na vida de alunos brasileiros pelas mudanças climáticas têm se acumulado nos últimos tempos. Os prejuízos vão desde o desconforto por estudar em salas sem climatização à interrupção das aulas por causa do excesso de chuva, como no Rio Grande do Sul e no Maranhão, ou pela seca extrema, como na Amazônia e no Pantanal.

Essa realidade exige ações não apenas para contornar os prejuízos no cotidiano escolar desses estudantes, mas também para fortalecer a proposta de uma formação mais consciente dos desafios ambientais. Um dos pontos essenciais a serem abordados na campanha eleitoral é a existência de um plano municipal de contingência para casos em que as aulas tenham de ser suspensas. O que fazer com os alunos que ficam um longo período fora da escola? Como cuidar de estudantes, professores e educadores afetados pelas tragédias climáticas? As unidades escolares têm estrutura adequada para receber alunos em dias de calor ou frio extremo?

Também é importante abordar o papel da escola diante das emergências climáticas. Em 1999, o Brasil aprovou uma Política Nacional de Educação Ambiental, que determinava, entre outros pontos, que o tema deveria ser desenvolvido “no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas”, da Educação Básica ao Ensino Superior. Na prática, porém, cabe às próprias redes definir como devem levar o assunto à sala de aula. Como isso está sendo desenvolvido nos municípios? Qual a formação dos docentes para tratar esse assunto com seus alunos?

No Congresso Nacional, tramita o Projeto de Lei nº 2.964/2023, que incorpora a educação ambiental ao currículo da Educação Básica, a exemplo do que já fez o governo do Pará em 2023.

Escola cívico-militares

As escolas cívico-militares, aquelas em que estados e municípios firmam convênios com corporações militares para a administração de escolas públicas, estão em expansão no Brasil, mesmo depois de o MEC ter encerrado, em 2023, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado na gestão de Jair Bolsonaro. Ao encerrar o programa, o MEC alegou problemas de coerência normativa entre a estrutura do programa e o sistema educacional brasileiro.

Mesmo sem recursos federais, municípios e estados têm investido nesse modelo, considerado excludente por muitos educadores. Um estudo da Universidade de Brasília (UnB) divulgado em 2023 estima que o Brasil tem mais de 800 escolas cívico-militares, principalmente no Paraná, na Bahia e em Goiás, mas a própria autora da pesquisa admite que esse número pode estar defasado.

Apenas no estado de São Paulo, deverão ser mais cem unidades escolares no início de 2025, segundo promessa do governador Tarcísio de Freitas, após aprovação do projeto na Assembleia Legislativa em 2024. Assim como em outras partes do país, o convênio aprovado em São Paulo prevê que irão trabalhar nas escolas "policiais [...] aposentados e [...] desarmados", que ficarão encarregados da disciplina dos estudantes e de atividades extracurriculares formuladas pelas secretarias de Educação e de Segurança Pública.

O convênio prevê ainda que a adesão ao modelo será facultativa às escolas e condicionada à aprovação da comunidade escolar. Segundo o governo estadual, serão priorizadas as unidades "situadas em regiões de maior incidência de criminalidade" e com os índices mais baixos do Ideb.

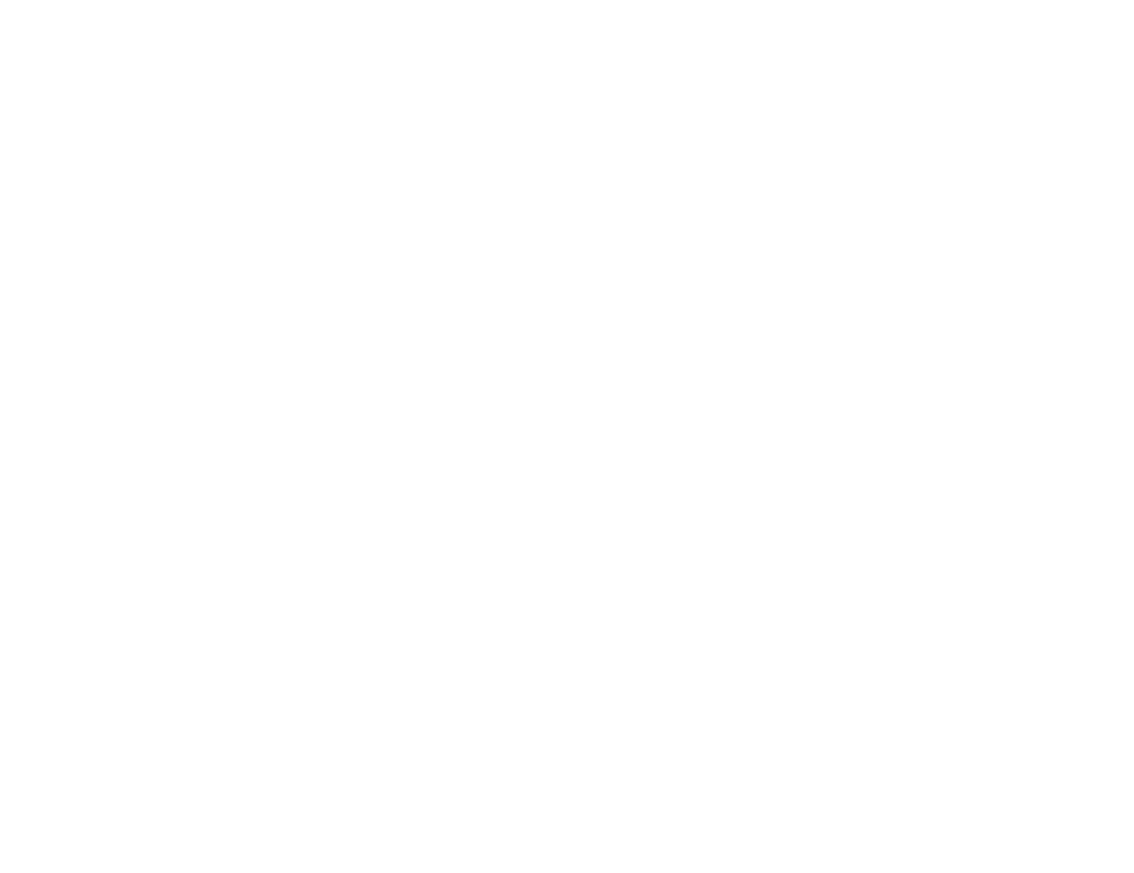
Especialistas alertam para o enrijecimento e a militarização do projeto educacional. Há o risco de abandono por parte dos alunos que não se enquadram às regras militares e a possibilidade de atritos na relação entre professor e militar não só do ponto de vista educacional, mas também sob o viés financeiro – em muitos casos, como em São Paulo, os policiais têm salários maiores do que os docentes.

Por ser um assunto extremamente polêmico, pode haver candidatos que irão implantar ou ampliar esse modelo em suas cidades e outros que, ao contrário, encerrarão esses convênios. Nos dois casos, é preciso acompanhar essa transição na cobertura jornalística.

Educação inclusiva

Dados do Censo Escolar 2023 apontam que o número de estudantes da Educação Especial cresce a cada ano, chegando a 1,8 milhão em 2023 (escola comum e escola especial), um aumento de 41,6% em relação a 2019. Nos últimos anos, também cresceu o número de crianças diagnosticadas com espectro de autismo, e o CNE apresentou um parecer com orientações para seu atendimento, que, em julho de 2024, estava em análise.

Desde 2008, o Brasil conta com uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), com o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O documento prevê, entre outros pontos, oferta do atendimento educacional especializado, formação de professores, transporte e acessibilidade. Em 2023, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou investimento de R\$ 3 bilhões para fortalecer o PNEEPEI. Vale a pena checar como está o atendimento a esses alunos nos municípios. Há professores, recursos de acessibilidade e salas de recursos multifuncionais para todos que necessitam?



5

Números gerais
da educação

Quando falamos da educação no Brasil, precisamos lembrar que estamos diante de um quadro complexo, a começar por suas dimensões. Confira alguns dos principais números a seguir.

- Segundo o Censo Escolar de 2023, o Brasil registrou 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de Educação Básica, que compreende Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio (1º ao 3º ano), Educação profissional e tecnológica, Educação Especial e EJA. É uma população maior que a da Argentina.
- Desses alunos, 49,3% estudam na rede pública municipal, 30,9% na rede pública estadual e 19,9% na rede privada.
- Em 2023, mais de 2,3 milhões de professores atenderam estudantes da Educação Básica, e a maior parte deles atua no Ensino Fundamental (60,3%).
- Na Educação Infantil, são 685 mil docentes - 96,2% do sexo feminino.
- O acesso à educação ainda é um desafio. Em 2023, o Brasil não alcançou a meta do PNE de ter 95% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, etapa escolar adequada para essa faixa etária. Segundo dados da Pnad Contínua, a taxa era de 94,6%, menor percentual desde 2016, início da série histórica da Pnad Educação.

Parceiros

Jeduca

A Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação) foi fundada, em 2016, por jornalistas de educação para ajudar colegas que trabalham com o tema, todos os dias ou de vez em quando, e fomentar o jornalismo de educação no Brasil. Produz materiais que auxiliam os profissionais na cobertura dos diversos temas dentro da área, como guias e webinários, além de reportagens sobre bastidores de matérias e sobre temas educacionais relevantes.

A associação promove o Edital de Jornalismo de Educação, que concede bolsas para jornalistas produzirem pautas e premia Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de comunicadores recém-formados sobre temas ligados à educação. A Jeduca conta com uma editora pública, profissional que está disponível para ajudar, gratuitamente, repórteres do país todo em suas apurações; oferece cursos de formação para profissionais já em atividade e para estudantes de jornalismo; e promove, anualmente, o Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, que reúne jornalistas, comunicadores, educadores e especialistas.

Para saber mais, acesse jeduca.org.br.

Grupo Santillana

O Grupo Santillana é uma empresa de conhecimento, inovação e tecnologia educacional que oferece soluções integrais e adaptadas à realidade de cada escola. Líder em Educação Básica na América Latina, está presente em 19 países e é protagonista da transformação digital no setor. O grupo é comprometido com a agenda de sustentabilidade e tem o propósito de contribuir para uma sociedade inclusiva, diversa e equitativa por meio da educação de qualidade. É o braço educacional do Grupo PRISA, líder em meios de comunicação, entretenimento e educação nas línguas portuguesa e espanhola.

No Brasil, o grupo é representado por três organizações. A Santillana Educação, empresa do grupo voltada aos negócios educacionais para o mercado privado, desenvolve soluções pedagógicas, conteúdos, tecnologia, formação e avaliação, organizados em um extenso portfólio de marcas, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Entre seus projetos educativos estão a Moderna, o UNO Educação, o Compartilha e o Sistema Farias Brito. No ensino de idiomas e na Educação Bilíngue, conta com a Richmond Solutions e a Educate. Em literatura infantil e juvenil, possui um dos mais completos catálogos do país e publica seus títulos nos selos Moderna, Salamandra e Leiomundo.

No setor público, o grupo atua com Soluções Moderna, colocando em prática a educação de qualidade em uma forte parceria com secretarias de Educação, educadores e escolas de todo o Brasil. Esse compromisso com o país é cumprido diariamente, e para que isso aconteça buscamos entender as transformações dos processos de ensino e aprendizagem, oferecendo materiais didáticos impressos, recursos digitais e planos de assessoria personalizados e proporcionando, assim, uma experiência educacional de sucesso aos estudantes em toda sua trajetória escolar. A Editora Moderna é líder do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), levando a milhões de estudantes, todos os anos, conteúdos produzidos por uma equipe dedicada que trabalha com base em conhecimento, pesquisa e inovação, respeitando as particularidades regionais.

Produção editorial

Santillana

Diretoria de Relações Institucionais

Luciano Monteiro
Karyne Alencar Castro

Fundação Santillana

Presidente Executivo

Luciano Monteiro

Diretor de Políticas Públicas

André Lázaro

Gerente de Projetos

Karyne Alencar Castro

Assistente

Geane Caroline Costa Silva

Jeduca – Associação de Jornalistas de Educação

Coordenação do guia

Camilla Salmazi
Mariana Tokarnia
Marta Avancini
Renata Cafardo

Redação

Denise Chiarato

Projeto gráfico de capa e miolo

Rafael Mazzari

Produção gráfica

Sandra Homma/SH Design

Coordenação e edição

Ana Luisa Astiz/AA Studio

Revisão

Diogo Souza Santos

Impressão e acabamento

Gráfica Log&Print
Lote: 796.584
Código: 130003468



9 788552 729709

A ideia deste guia – elaborado pela Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação) – é incentivar maior presença da educação no debate das eleições municipais. O texto pretende ajudar jornalistas em suas matérias, sejam as específicas de educação ou aquelas que mencionem o tema, e dar ideias de pautas e perguntas que podem ser feitas tanto durante o período eleitoral quanto no acompanhamento das novas gestões. O guia traz informações sobre as atribuições dos cargos de acordo com as esferas de poder e, mais especialmente, sobre os temas da educação ligados diretamente às gestões municipais.



ACESSE ESTA EDIÇÃO

em <https://mod.lk/jeduca> (Jeduca) ou em <https://mod.lk/educaele> (Fundação Santillana) para consultar *links* que podem ajudar na cobertura.

Realização:

J E D U C A

associação de jornalistas de educação

Fundação **Santillana**

